

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.479.359 - SP (2019/0091588-5)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : PASCHOAL SORRENTINO FILHO
ADVOGADO : PASCHOAL SORRENTINO FILHO (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP017786
AGRAVADO : BANCO FIBRA SA
ADVOGADOS : LUIZ RODRIGUES CORVO E OUTRO(S) - SP018854
WALKER ORLOVICIN CASSIANO TEIXEIRA - SP174465
FERNANDO NASCIMENTO SILVA - SP297009

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO TEMA. INVIABILIDADE.

1. Ação rescisória.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
3. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
4. A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República.
5. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por PASCHOAL SORRENTINO FILHO, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 04/02/2019.

Concluso ao gabinete em: 24/05/2019.

Ação: rescisória ajuizada pelo agravante em face de BANCO FIBRA S/A,

Acórdão: julgou improcedente a ação rescisória interposta pelo agravante, nos termos da seguinte ementa:

RESCISÓRIA DE ACÓRDÃO. INOCORRÊNCIA DE ALEGADA VIOLAÇÃO A COISA JULGADA. VERIFICAÇÃO DE QUE O ACÓRDÃO RESCINDENDO

PROMOVEU, EM SEDE DE EMBARGOS DO DEVEDOR, A ADEQUAÇÃO FORMAL DO QUE SE EXECUTAVA, INDICANDO QUE OS HONORÁRIOS INDICADOS NO DESPACHO INICIAL DE PROCESSO DE EXECUÇÃO PATROCINADO PELO AUTOR EM FAVOR DO BANCO-RÉU NÃO TEM FORÇA EXECUTIVA PARA INTEGRAR O TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL (CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS). INADIMISSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO SOBRE O TEMA, RESTANDO CLARO NOS AUTOS QUE, RELATIVAMENTE AOS EFEITOS DA EXECUÇÃO ENTÃO AJUIZADA, A PREVISÃO DE HONORÁRIOS EM DESPACHO INICIAL NÃO SE CONSTITUI COISA JULGADA. IMPROCEDÊNCIA RECONHECIDA.

Ação rescisória julgada improcedente. (e-STJ fl. 612)

Embargos de declaração: opostos pelo agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 2º, 10, 141, 492, 502, 503, 505, 507 e 508 do CPC; 6º da LINDB; e 35 da LC 35/79, além do dissídio jurisprudencial. Sustenta, em síntese, que "(...) as decisões judiciais que compõem a coisa julgada foi violada pelo acórdão rescindendo." (e-STJ fls. 647/767)

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 2º, 10, 141, 492, 502, 503, 505, 507 e 508 do CPC; 6º da LINDB; e 35 da LC 35/79, indicados como violados, apesar da oposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 541, parágrafo único, do CPC/73

ou 1029, §1º do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Além disso, a ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgRg no AREsp 353947/SC, 3ª Turma, DJe de 31/03/2014 e EDcl no Ag 1162355/MG, 4ª Turma, DJe de 03/09/2013.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários fixados anteriormente, porquanto já atingido o limite máximo previsto no art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora